



Conceito Básico da Responsabilidade Civil do Médico

A responsabilidade civil do médico, existente em nosso ordenamento jurídico, estabelece que aquele profissional que causar dano a outrem deve ressarcir-lo por estes prejuízos. Ou seja, deve ser indenizado, caso isso postule em juízo, aquele que submetido a tratamento ou exame, venha, por causa deste procedimento, sofrer um prejuízo, seja de ordem material ou imaterial - patrimonial ou não patrimonial.

A S S U N T O L E G A L

Para o entendimento do mecanismo jurídico da necessidade desta indenização, que podem os médicos, clínicas, hospitais e até planos de Saúde, judicialmente, serem compelidos a fazer, há que se analisar alguns conceitos que são a base, dessa situação que se estabelece entre o profissional da saúde e o paciente lesado. Os primeiros conceitos, que analisaremos são os de responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.

A responsabilidade subjetiva (teoria da culpa) é aquela em que além do ato ou fato lesivo do agente causador do dano, o lesado e do nexo causal estar estabelecido entre o ato lesivo e o dano ao lesado, tem que se achar presente, nesta relação, a culpa do agente causador do dano. E, esta culpa, caracteriza-se pela presença no agir deste de dolo ou pela presença só de culpa no sentido estrito, ou seja, de imprudência ou negligência ou imperícia. Este tipo de responsabilidade, esta expressamente descrita no Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, é mencionado neste artigo, a responsabilidade do profissional liberal que responderia apenas por sua culpa, caracterizando assim a responsabilidade subjetiva.

A responsabilidade objetiva é aquela em que presente na relação entre o agente causador do dano e o lesado do ato, o dano e o nexo de causalidade entre este ato e este dano, não há que se falar em culpa para que fique caracterizada a necessidade de indenizar o lesado pelos prejuízos, de qualquer ordem, que

porventura tenha sofrido. A presença de culpa no agir do agente causador do dano é desnecessária para que se caracterize, juridicamente, a necessidade de indenizar o Paciente/Cliente pelos prejuízos de que tenha sido vítima, no caso da responsabilidade objetiva, entende-se como a responsabilidade típica dos fornecedores de serviços, como; clínicas, hospitais e planos de saúde.

Entendemos que o dano médico deve ser analisado a partir do elemento subjetivo, da culpa, sendo ou não este profissional empregado de um estabelecimento hospitalar. Existem também outros entendimentos baseados nas relações de consumo, ligados à responsabilidade objetiva, que claramente encontram respaldo no Código de Defesa dos Consumidores, tratando no caso, que mesmo havendo culpa do médico, o estabelecimento hospitalar deve responder e posteriormente pedir, em ação específica, seu direito de regresso contra seu empregado (profissional causador do dano).

Podemos reparar que os pressupostos da Responsabilidade Civil são os mesmos, não importando o tipo de responsabilidade. Esses pressupostos são:

- 1- AÇÃO – comissiva ou omissiva – violação a direito;
- 2- DANO – moral ou material;
- 3- NEXO CAUSAL – ligação entre ação e dano.

Importante ressaltar que no caso do diagnóstico, basicamente, deve o profissional ter o cuidado de anotar apenas o

verificado e analisado, assim como uma breve descrição do procedimento, além de obviamente, uma assepsia dos instrumentos e instalações utilizados, evitando com isso ser acusado de negligência. Considerando que a “certeza” do diagnóstico depende da realização de exames suplementares, não deve deixar de requisitá-los, para não ser taxado de imprudente. E necessita manter-se atualizado com as pesquisas publicadas na sua área de especialidade, assim como não deve arriscar diagnóstico fora de sua área de especialização, para não correr o risco de ser chamado imperito. Estas são as idéias básicas de conduta. Nenhum médico está livre de cometer um erro de diagnóstico; para não ser responsabilizado, deverá estar apto a demonstrar que diagnosticou de acordo com os sintomas efetivamente verificados e sem omitir exames tidos por essenciais, requerendo exames suplementares, se assim necessário, e que atuou dentro de especialidade para a qual está habilitado e atualizado.

Claro que em se tratando de diagnóstico por imagem, outras questões merecem destaque, como por exemplo, a qualidade do filme, quem e como é feita a revelação, os aparelhos, a imagem, posição do paciente, etc. Estes procedimentos são normalmente feitos por técnicos e biomédicos, ou seja, empregados da clínica ou hospital, ocorrendo erro no diagnóstico, o hospital seria o responsável objetivamente pelo dano causado em seu “cliente” e o médico que assinar o laudo,